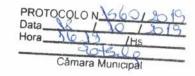
ESTADO DE MATO GROSSO



Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91



Projeto de Lei Complementar n° 05 /2019 De 18 de outubro de 2019.

Autoriza o Poder Executivo a conceder anistia de multa, juros e parcelamento de débitos inscritos em Dívida Ativa e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

- Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de multas, juros de mora e parcelamento, objetivando o recolhimento dos créditos de natureza tributária inscrita em dívida ativa.
- Art. 2° A anistia será concedida às multas e juros de mora, sendo obrigatória a atualização monetária do valor principal de acordo com o inciso I, do art. 88 da Lei Complementar n° 163/2017 Código Tributário Municipal.
- Art. 3° A concessão prevista no artigo anterior
 disponibilizará os seguintes benefícios fiscais:
- I 90% (noventa) por cento da multa e dos juros de mora, para pagamento em cota única até 30/06/2020;
- II 60% (sessenta) por cento da multa e dos juros de mora,
 para pagamento parcelado em 12 vezes consecutivas;
- § 1° As parcelas a que se referem os Incisos deste artigo, não poderão ser inferiores a 8,0 (oito) UPFC, constante no artigo 484 da Lei Complementar n° 163/2017- Código Tributário Municipal.
- § 2° Para concessão do parcelamento é obrigatório o atendimento dos procedimentos dos incisos abaixo:
- I quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento;



ESTADO DE MATO GROSSO



Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

- II a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo do Parcelamento;
- III o atraso do pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do crédito, ficando proibidos sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.
- § 3° Os débitos parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, e não contrariando o parágrafo anterior, serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora em conformidade com o art. 88 da Lei Complementar n° 163/2017 Código Tributário Municipal.
- Art. 4° Os contribuintes para usufruírem dos benefícios fiscais previstos nesta Lei, terão prazo para protocolar o requerimento até 30/06/2020, na Secretaria Municipal de Finanças.
- Art. 5° Fica o Executivo Municipal autorizado a:
 I divulgação da campanha por qualquer meio de publicidade,
 desde que, alcance o conhecimento de toda comunidade.
 II notificar pessoalmente o contribuinte em débito, quando
 da recusa ou não localização, utilizar as demais formas
 previstas no Código Tributário do Município.
- ${\bf Art.~6^{\circ}}$ O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessárias ao cumprimento desta Lei Complementar.
- Art. 7° Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Canarana - MT em 18 de outubro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

Mensagem ao Legislativo De 18 de outubro de 2019

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Senhor Presidente Senhores Vereadores

Estamos encaminhando para apreciação e votação o Projeto de Lei datado de 18 de outubro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia parcial da multa e remissão parcial dos juros a contribuintes inadimplentes e dá outras providencias.

Justificamos o Projeto visando possibilitar a regularização dos contribuintes junto a fazenda Pública Municipal facilitando o pagamento dos tributos inscritos na dívida ativa ou não até 31 de dezembro de 2019 com descontos sobre as multas e juros.

Esta é uma ação que visa atingir o contribuinte que quitará em menor espaço de tempo a sua dívida e, também incrementará também a arrecadação municipal.

Certos de contarmos com o apoio dos senhores vereadores, renovamos protestos de estima consideração.

Atenciosamente

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal